

SAÚDE, BRASIL

Ilustração: Kleber Sales



Duas décadas de transformação social

Em constante aperfeiçoamento, Sistema Único de Saúde proporciona atenção integral aos brasileiros

PÁGINAS 4 A 7

**CAMPANHA UNE O PAÍS
PARA ERRADICAR RUBÉOLA**

PÁGINAS 8 E 9

**PROCURA PELO SAMU
CAI APÓS A LEI SECA**

PÁGINAS 10 E 11



SAÚDE, BRASIL é uma publicação mensal da Divisão de Jornalismo da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde

Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Valderez Caetano

Coordenadora da Assessoria de Imprensa
Priscila Lambert

Jornalista responsável
Sérgio de Sá

Coordenação editorial
Informe Comunicação e Marketing

Projeto gráfico
Chica Magalhães

Tiragem
8.000 exemplares

MINISTÉRIO DA SAÚDE
ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO
(61) 3315-2005
3315-2351

Fax: (61) 3225-7338
imprensa@saude.gov.br

Esplanada dos Ministérios,
bloco G, 5º andar, sala 556
CEP: 70058-900 – Brasília-DF

Internet
<http://www.saude.gov.br>

Disque Saúde
0800-61-1997

Disque Denúncia e
Abuso Sexual de Crianças
e Adolescentes
0800-642-0500



Ministério
da Saúde



DE VOLTA, COM CARA NOVA

Desde agosto de 1997, o *Saúde, Brasil* documenta a evolução da saúde pública no Brasil. Direcionada a gestores e conselheiros de saúde, professores, dirigentes de associações, entidades, bibliotecas públicas, a publicação é registro fiel do investimento feito pelo Ministério da Saúde na qualidade de vida do povo brasileiro. Com a circulação interrompida por alguns meses, o jornal retorna à praça, mais moderno e com linguagem mais interativa, voltada prioritariamente para a prestação de serviço aos gestores, profissionais de saúde e usuários do SUS. O jornal continuará resumindo o que o governo federal sempre procurou garantir a toda a população do país: saúde. Muita *Saúde, Brasil*.

[Artigo]

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

Ministro da Saúde



Rubem Silva/MS

O SUS NA VIDA DOS BRASILEIROS

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986 com a participação de cerca de 4.000 delegados eleitos em Conferências Municipais e Estaduais em todo o Brasil, estabeleceu os marcos político e conceitual para a orientação da transformação do setor saúde no Brasil. A saúde foi reconhecida como um direito fundamental, e o Estado deveria garantir o acesso aos serviços e a promoção à saúde para a população.

A Constituição de 1988 incorporou essas propostas, assegurando a saúde como direito de todos e dever do Estado. Ali, criou-se o Sistema Único de Saúde – SUS, que é a maior política de inclusão social do Brasil e possivelmente do mundo. Um sistema regido pelos princípios do acesso universal, da integralidade das ações, da equidade e da participação da comunidade. Também foi prevista a descentralização das ações, a hierarquização e o comando único em cada esfera de governo.

O SUS completa 20 anos de existência. Nesse período, várias conquistas vêm sendo obtidas: realizamos o maior número de transplantes de órgãos em serviços públicos; asseguramos a distribuição de medicamentos para todos os pacientes com aids; a vigilância sanitária de produtos e serviços beneficia toda a população; a Estratégia de Saúde da Família acompanha 90 milhões de pessoas; temos programas de excelência internacional, como

o Programa Nacional de Imunizações – PNI (130 milhões de vacinas/ano); e o setor saúde contribui com cerca de 8% do PIB e responde por 10% dos postos formais de trabalho qualificado.

Saímos de um atendimento restrito a 30 milhões de pessoas que tinham carteira de trabalho assinada para, hoje, chegar a 145 milhões que têm no SUS o seu único meio para o tratamento, prevenção de doenças e promoção da saúde.

O SUS constitui exemplo único de Pacto Federativo, no qual ações são acordadas em instâncias formais com a participação das três esferas de governo, havendo uma prática já disseminada de participação popular/controle social.

Temos, portanto, o dever de defender o SUS, o que significa também enfrentar as dificuldades que surgiram ao longo deste período. O futuro do SUS depende do aprimoramento do seu sistema de gestão e de ações eficazes para ampliar o financiamento e melhorar o acesso aos serviços de saúde. São medidas que passam pela aprovação da regulamentação da Emenda 29, criando a Contribuição Social para a Saúde (CSS), e o projeto de lei de fundações estatais.

As conquistas são um retrato daquilo que somos capazes de realizar, sociedade e poder público. O trabalho diário dos gestores de saúde e dos demais parceiros da saúde tem sido na busca de manter e melhorar o SUS que vem sendo construído, no seu acesso universal e integral.

A PARTIR DE DEZEMBRO, A REDE SUS ESTARÁ ADAPTADA A NOVAS NORMAS PARA ATENDER MULHERES QUE DESEJAM DAR À LUZ DE MANEIRA NATURAL

[Parto normal]

A MELHOR OPÇÃO PARA MÃE E BEBÊ

O parto normal é o mais seguro tanto para a mãe quanto para o bebê. Pensando nesse consenso, o Ministério da Saúde lança campanha de incentivo a essa prática e, com ela, novas regras de funcionamento e novos serviços das maternidades brasileiras. O objetivo do governo é estimular mudanças estruturais nas unidades de saúde para melhor atender as gestantes que queiram e possam optar pelo parto normal. A recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é de que as cirurgias devam corresponder a, no máximo, 15% dos partos realizados. Lamentavelmente, 46% dos partos realizados no Brasil são cirúrgicos.

A partir de dezembro deste ano, as maternidades públicas e privadas do país deverão seguir padrões para dar mais conforto e privacidade para mães e filhos. Será possível, por exemplo, vincular o local do pré-natal ao do nascimento. As mulheres terão direito a quarto (individual ou coletivo) específico, com banheiro em anexo, antes, durante e após o parto. Mãe e filho ficarão juntos nos alojamentos.

De acordo com a nova medida, as maternidades brasileiras e os serviços relacionados serão estimulados a criar mecanismos de avaliação periódica em atenção obstétrica e neonatal, para que haja, de fato, um melhor atendimento à gestante. As unidades de saúde serão orientadas a estimular a evolução natural do trabalho de parto e a utilizar soluções para o alívio das dores da gestante sem, obrigatoriamente, administrar medicamentos. “Temos a necessidade de contar nesse momento com as entidades médicas, com as comunidades científicas e com o aparelho formador para fortalecer cada vez mais a importância do parto normal”, afirma o diretor de Ações Estratégicas do ministério, Adson França.

Hoje, são realizados no país 1,4 milhão de partos normais e 670 mil **cesáreas**. Feita sem a constatação técnica adequada, a cesárea aumenta em seis vezes o risco de a mulher morrer no parto. Além de prejuízos à saúde, o parto cirúrgico acarreta uma separação precoce entre mãe e filho, em momento especial de reconhecimento e estabelecimento de vínculo.



A região Sudeste registra os índices mais elevados de cesariana no país: **52%** do número total de partos. A região Norte registra os menores percentuais: **35%**.

O PARTO NORMAL HUMANIZADO

- ✓ É a opção mais segura para a mãe e o bebê. Diminui o risco de infecções e sangramento no pós-parto. Além disso, a recuperação é mais rápida.
- ✓ A Lei 11.108, de 7 de abril de 2005, assegura o direito da gestante de ter um acompanhante durante parto e pós-parto. A mãe deve procurar uma pessoa especial para estar ao seu lado durante todo o processo, tornando a experiência de dar à luz mais prazerosa.
- ✓ Para um parto mais tranquilo, a mãe deve ser encorajada a ter uma postura ativa, movimentando-se e procurando posições que a deixem mais confortável.
- ✓ O primeiro encontro entre mãe e bebê é, sem dúvida, um momento muito especial. Por isso, a mulher deve procurar vivenciá-lo plenamente.

SEM RESTRIÇÕES

- A mãe que foi submetida a alguma cesárea anteriormente poderá ter parto normal.
- Mulheres com gestação de gêmeos e de fetos grandes também poderão fazer o parto normal.

HISTÓRIA DE LUTAS E AVANÇOS

1988

- . O SUS é criado pela Constituição Federal.

1989

- . Criação do programa de Saúde do Adolescente.

1990

- . A Lei 8.080 – Lei Orgânica da Saúde – regulamenta organização e funcionamento dos serviços do SUS.



1991

- . Início do Programa Agentes Comunitários de Saúde.

1992

- . 9ª Conferência Nacional de Saúde trata da municipalização.

1993

- . Norma Operacional Básica (NOB) regulamenta processo de descentralização da gestão dos serviços e ações do SUS.
- . Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) é extinto.

1994

- . A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) concede certificado de erradicação



- . da poliomielite ao Brasil.
- . Criado Programa Saúde da Família.

1995

- . Transmissão de imagens com personalidades fumando passa a ser evitada.

[O SUS de todos nós]



REVOLUÇÃO TEVE INÍCIO COM REFORMA SANITÁRIA

SISTEMA É A MAIOR POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL BRASILEIRA

O Sistema Único de Saúde (SUS) é resultado de longo processo de construção política e institucional, iniciado com a Reforma Sanitária. Destinada a transformar as condições de saúde e de atenção à saúde da população brasileira, a reforma proposta por um grupo de intelectuais começou nos anos 1970. Mais tarde, teve a bandeira erguida por entidades representativas de gestores, profissionais da saúde e de movimentos sociais. A redemocratização de 1985 possibilitou que mais de 4 mil delegados, eleitos em todo o Brasil, fossem a Brasília, em 1986, opinar sobre o sistema público de saúde que queriam construir, durante a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), presidida pelo sanitarista Sergio Arouca. A proposta do SUS nascia simultaneamente às discussões da Assembleia Nacional Constituinte. O documento final da CNS, que defendia a saúde como um direito de todos e um dever do estado, acabou por influenciar a redação da Constituição de 1988. Cinco artigos garantiram a criação de um novo sistema de saúde, que incluía toda a população brasileira e acomodava todas as diversidades regionais. Hoje, o SUS é o maior programa de atendimento médico-social do mundo: garante acesso universalizado e gratuito a serviços de saúde aos 180 milhões de brasileiros. Mais de 75% da população brasileira têm no sistema seu único acesso à saúde.

Fotos: Arquivo MS





1996

- . Início da distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes de Aids.
- . NOB redefine modelo de gestão do SUS, disciplinando relações entre união, estados e municípios.

- . 10ª Conferência Nacional de Saúde aborda o tema da construção de novo modelo de atenção à saúde para a qualidade de vida.

1997

- . Criação do Sistema Nacional de Transplantes.

1998

- . Instituído Piso de Atenção Básica (PAB).



1999

- . Início da Campanha Nacional de Vacinação para a Terceira Idade.
- . Criada Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- . Instituição do medicamento genérico.

2000

- . Criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- . 11ª Conferência Nacional de Saúde.
- . Registrado último surto de sarampo no Brasil.
- . Aprovada Emenda Constitucional 29.

2001

- . Brasil alcança marca de 150 mil agentes comunitários de saúde.
- . Aprovação da Norma Operacional de Assistência à Saúde (Noas).

SERGIO AROUCA

SÍMBOLO DAS MUDANÇAS NO PAÍS

Sergio Arouca (1941-2003). Melhor: o sanitarista Sergio Arouca, como ele gostava de ser chamado. Professor, pesquisador, parlamentar, cidadão. Ele foi tudo isso, sempre com o desejo de transformar o Brasil numa nação democrática, com saúde para distribuir de graça. Na busca pela justiça, esse paulista de Ribeirão Preto contribuiu decisivamente para a Reforma Sanitária e para a construção do SUS.

Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Arouca pensava a saúde de maneira global, não apenas como assistência médica de qualidade. Saúde pressupõe que a população viva em condição de plenitude: reforma agrária, educação, lazer, liberdade, habitação, transporte etc. Os legados do sanitarista, admitidos por leque amplo de admiradores, vão de uma utopia sempre renovada à prática coerente da ação política.

Após diversas atividades no campo da saúde pública, assumiu a presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 1985. Transformou a instituição em exemplo de administração democrática, estabelecendo, por exemplo, mecanismos de gestão colegiada e participativa e nomeando diretores eleitos pelas unidades. Em 1986, presidiu a 8ª CN Saúde, cujos resultados subsidiaram o texto da Constituição de 1988, amplamente debatido com o usuário.

Arouca assumiu diversos cargos políticos. Deputado federal por oito anos, participou das comissões de saúde, ciência e tecnologia do Congresso, sempre na defesa do interesse do trabalhador. No segundo turno da eleição para presidente, em 2002, incorporou-se à campanha de Lula. Em janeiro de 2003, assumiu a Secretaria de Gestão



Peter Licciv



O movimento da Reforma Sanitária nasceu dentro da perspectiva da luta contra a ditadura, da frente democrática, de realizar trabalhos onde existiam espaços institucionais.

Participativa do Ministério da Saúde. Foi nomeado para a coordenação geral da 12ª Conferência Nacional de Saúde e para ser o representante brasileiro na Organização Mundial de Saúde (OMS).

A história registra que a produção científica, a liderança na elaboração da filosofia do SUS e as atividades como homem público fizeram de Arouca um nome incontornável. Mais do que isso: tornou-se ícone de todos os sanitaristas que participaram e participam desse movimento crucial para o país.

■ Leia mais na Biblioteca Virtual Sergio Arouca: <http://bvsarouca.cict.fiocruz.br>

HISTÓRIA DE LUTAS E AVANÇOS



2002

- Instituído Dia Nacional de Mobilização contra a Dengue.
- Criação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Criada Política Nacional de

Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

2003

- 12ª Conferência Nacional de Saúde tem como tema "Saúde: um direito de todos e um dever do Estado – a saúde que temos, o SUS que queremos".
- Criado Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).
- Criação do programa "De Volta para Casa" contribui

com reinserção social de pessoas com longa história de internação psiquiátrica.

- Criação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.
- Início do tratamento para fumantes na rede de atenção básica.

2004

- Instituída a Política Nacional de Humanização no SUS (HumanizaSUS).



- Lançados os programas "Brasil Sorridente" e "Farmácia Popular do Brasil".
- Criação da Hemobrás.
- Publicada Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

[O SUS de todos nós]



Fotos: Arquivo MS

MUDANÇA NO FOCO DA ATENÇÃO À SAÚDE

A partir da Constituição de 1988, mais de 70 milhões de brasileiros passaram a ter o direito fundamental à saúde. O Brasil partiu de um sistema centralizado, privatizado e focado na atenção médico-hospitalar, para um sistema universal, descentralizado, participativo e com controle social, baseado em conceito ampliado de saúde, que trata da qualidade de vida com promoção, prevenção e atenção. O modelo é de responsabilidade das três esferas de governo e tem a participação de diferentes setores da sociedade, representados pelos conselhos de saúde municipais, estaduais e nacional.

O universo dos usuários do SUS compreende os 140 milhões de brasileiros que utilizam o sistema e os 40 milhões que têm acesso a planos de saúde privados, mas que podem, por garantia constitucional, se beneficiar a qualquer momento do SUS. Mesmo vinculados a planos privados de saúde, essa parcela da população também é favorecida, indiretamente, por campanhas de vacinação, fornecimento de medicamentos de alto custo, realização de transplantes, ações em vigilância epidemiológica e pelo atendimento do Samu.

Pessoas atendidas

1988: **30 milhões**
2008: **180 milhões**

Mortalidade infantil

1990: **53,7 por mil nascidos vivos**
2008: **21,2 por mil nascidos vivos**

Transplantes

1997: **3.765**
2007: **15.855**

Cobertura do Saúde da Família

1994: **1 milhão de pessoas**
2008: **90 milhões de pessoas**

Equipes de Saúde Bucal

2001: **2.248**
2008: **15.855**

Medicamentos essenciais

1988: **40 medicamentos** destinados à atenção básica
2008: **400 medicamentos** nos três níveis de atenção à saúde

Genéricos

1999: **nenhum medicamento**
2008: **2.260 genéricos** registrados pela Anvisa.

INDICADORES REVELAM CRESCIMENTO DA REDE

O Brasil de hoje tem mais de 27 mil equipes de Saúde da Família, responsáveis pelo acompanhamento de quase 100 milhões de brasileiros. A mortalidade infantil caiu de 126 mil óbitos, em 1995, para 69 mil, em 2005. A expectativa de vida cresceu de 69,7 anos, em 1998, para 72,3 anos, em 2006.

O SUS tem uma rede de mais de 63 mil unidades ambulatoriais e de cerca de 6 mil unidades hospitalares, com mais de 440 mil leitos, próprios e conveniados. Por ano, são realizados cerca de 2 milhões de partos, 12 milhões de internações hospitalares, 132 milhões de atendimentos de alta complexidade e 150 milhões de consultas médicas.

O Brasil ocupa posição de liderança em financiamento público de transplantes de órgãos: 14 mil por ano. É reconhecido internacionalmente pela excelência de seus programas de imunização – que distribui anualmente 130 milhões de doses de vacinas – e de DST/Aids – que atende a 184 mil pacientes soropositivos com distribuição gratuita de medicamentos.

2005

- . Lançado Plano Nacional de Saúde.
- . Lançada Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.
- . Instituto Nacional do Câncer (Inca) inaugura Banco Nacional de Tumores (BNT).

2006

- . Pacto de Gestão estabelece responsabilidades sanitárias de União, estados e municípios.



- . Instituída Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde.
- . Expansão do programa Farmácia Popular do Brasil.
- . SUS incorpora vacinação contra rotavírus.
- . Lançada Política da Pessoa Idosa.

2007

- . Aprovado Pacto Pela Saúde, conjunto de diretrizes pactuadas de forma tripartite, para superação das dificuldades de consolidação do SUS.
- . 13ª Conferência Nacional de Saúde aborda saúde e qualidade de vida como política de Estado e desenvolvimento.
- . Licenciamento compulsório do anti-retroviral Efavirenz.
- . Lançado "Programa Mais Saúde -



- . PAC - Saúde - direito de todos".
- . Criado PAC do saneamento.

2008

- . Implantação das ações do "Programa Mais Saúde - PAC - Saúde - direito de todos".
- . Lançamento da Campanha Nacional contra Rubéola.

Os números de 2006*

- ✓ **2,3 BILHÕES** de procedimentos ambulatoriais.
- ✓ **11 MILHÕES** de internações realizadas.
- ✓ **300 MILHÕES** de consultas médicas feitas pelo SUS.
- ✓ **130 MILHÕES** de brasileiros vacinados.
- ✓ **110 MILHÕES** de brasileiros atendidos por agentes de saúde.
- ✓ **9 MILHÕES** de procedimentos de quimioterapia e radioterapia.
- ✓ **2,8 BILHÕES** de unidades de medicamentos fornecidas.

* Últimos dados consolidados pelo MS.

Saiba mais

<http://sus20anos.saude.gov.br>

SAÚDE DA FAMÍLIA É PORTA DE ENTRADA PARA O SISTEMA

A estratégia Saúde da Família, desenvolvida pelo Ministério da Saúde desde 1994, é o modelo definido para fortalecimento da atenção básica no país. Constitui a porta de entrada para o SUS e é, também, eixo central da organização do sistema. A atuação das equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal e a estratégia de Agentes Comunitários de Saúde compreendem um conjunto de ações de caráter individual e coletivo, que vão da promoção da saúde à prevenção de agravos, passando pelo tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Buscam concretizar os princípios de integralidade, universalidade e participação social.

A estratégia tem demonstrado ser um modelo de atenção eficaz, eficiente e adequado para o alcance dos objetivos propostos com melhoria da qualidade dos serviços, com ênfase no fortalecimento do vínculo entre a equipe da Saúde da Família e a população, na humanização do cuidado e na resolução dos principais problemas de saúde. Em 1998, menos de 10% da população brasileira que residia em municípios pequenos, com população inferior a 20 mil habitantes, estava coberta por equipes de Saúde da Família. Em 2002, esta proporção já era de quase 60% e, em 2006, a cobertura da SF era de 76%.

FARMÁCIA POPULAR FORNECE MEDICAMENTOS MAIS BARATOS

O Programa Farmácia Popular do Brasil já cobre 70 milhões de brasileiros em 25 estados e no Distrito Federal. Desde seu lançamento, em 2004, tem possibilitado à população o acesso a medicamentos a preço de custo. Atualmente, são 287 em funcionamento e o Ministério da Saúde pretende inaugurar mais 339 unidades até o final do ano.

Em março de 2006, o Farmácia Popular foi expandido para a rede privada de farmácias e drogarias, ampliando o acesso da população a medicamentos de combate à hipertensão e diabetes até 90% mais baratos. Desde o início da expansão, o número de farmácias privadas conveniadas ao programa passou de 1.213 para 3.276 unidades.

COMO ERA

Em nível federal

- ✓ Centralizada no governo federal, a atenção à saúde era dividida em três ministérios (Previdência, Saúde e Educação).
- ✓ As ações eram verticais e não consideravam as diversidades regionais.
- ✓ Ausência de participação de estados e municípios.
- ✓ Os gastos com internações eram maiores do que os ambulatoriais.

Nos estados e municípios

- ✓ Não existia integração entre as unidades de saúde das instituições federais nos estados e municípios e tampouco entre as unidades de saúde estaduais e municipais entre si e com as unidades federais.
- ✓ As ações eram focadas na assistência à saúde.
- ✓ Existia cultura sedimentada de que a saúde era competência federal.
- ✓ Ausência de controle social.

COMO FICOU

- ✓ O Ministério da Saúde é o gestor nacional do sistema.
- ✓ Gestor único do sistema em cada estado e município.
- ✓ Integração dos sistemas com soma dos recursos.
- ✓ Financiamento compartilhado entre entes federados.
- ✓ Controle social em todas as instâncias de governo.
- ✓ Sistema descentralizado, hierarquizado e municipalizado.

O QUÊ

A rubéola é uma doença infectocontagiosa causada por vírus. Transmitida de pessoa a pessoa, por meio de secreções expelidas pelo doente ao tossir, falar ou respirar. Provoca febre baixa, manchas na pele, dores de cabeça e pelo corpo. Em mulheres grávidas, a infecção causada pelo vírus da rubéola resulta em malformação congênita no bebê.

A ROTINA

A vacina contra rubéola está permanentemente disponível nos postos: para mulheres entre 12 e 49 anos e para homens de 12 a 39 anos. Todas as crianças devem ser vacinadas a partir dos 12 meses de vida, conforme as datas do calendário nacional de vacinação. Uma segunda dose deverá ser aplicada entre quatro e seis anos de idade.

[Vacinação]

CAMPANHA CONTRA RUBÉOLA É A MAIOR DO MUNDO

Com o objetivo de imunizar 70 milhões de brasileiros entre 20 e 39 anos, o Ministério da Saúde promove de 9 de agosto a 12 de setembro a Campanha Nacional de Vacinação para Eliminação da Rubéola. Depois de quedas sucessivas nos últimos anos e aparentemente a caminho de sua eliminação em território nacional, a doença atingiu 8.684 brasileiros em 2007. Desse total, 70% eram do sexo masculino, o que faz com que os homens sejam o foco principal da campanha.

Doença viral, prevenível por vacina, a rubéola teve declínio de 96% em apenas quatro anos, quando passou de 5.867 casos, em 2001, para 233, em 2005. Entretanto, no ano passado o alarme soou no Ministério da Saúde: mais de oito mil casos confirmados. Na região Sudeste, 3.642. Este ano já há um surto no Pará. “O aumento no número de casos registrados desde o ano passado nos levou a promover essa campanha de vacinação, que será a maior do mundo”, justificou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

“A vacina, além de ser direito de todos, é instrumento eficaz para o controle de doenças. Temos o compromisso de cuidar da saúde da população brasileira e este se traduz na adoção de medidas que resultem na melhoria da qualidade de vida. A realização da campanha de vacinação contra a rubéola, além de eliminar o vírus

Tatiana Stuckert



Gerson Penna: população protegida no presente e no futuro

COM 70% DOS CASOS CONFIRMADOS DA DOENÇA NO ANO PASSADO, HOMENS SÃO FOCO PRINCIPAL DA IMUNIZAÇÃO

do país até 2010, objetiva a proteção das futuras gerações”, destaca o secretário de Vigilância em Saúde, Gerson Penna.

De acordo com a coordenadora geral do Programa de Imunizações do Ministério da Saúde, Marília Bulhões, o objetivo da campanha não é outro senão eliminar o vírus da rubéola no país. “Em função da quantidade e da proporção de casos confirmados no ano passado e porque eles podem transmitir a doença para as mulheres grávidas, o ministério está focado nos homens. Mas sem jamais esquecer das mulheres”, frisa. Nas cinco semanas de campanha, o governo espera imunizar 34,7 milhões de mulheres e 35,3 milhões de homens.

Segundo o professor Pedro Luiz Tauil, do Núcleo de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB), a rubéola é uma doença aparentemente simples. “O problema é quando ela atinge mulheres grávidas. Aí é questão de saúde pública”, afirma o acadêmico. Em mulheres grávidas, o vírus pode resultar em malformação congênita, causar cegueira, retardamento, doenças cardíacas e uma série de outras seqüelas no bebê.

O ministério alerta que algumas doenças se manifestam de forma semelhante à rubéola, como sarampo, escarlatina e dengue. “Na situação atual de eliminação da rubéola, é muito importante identificar precocemente, diagnosticar e classificar casos suspeitos, como também realizar as ações de vigilância de forma adequada”, ressalta o ministro Temporão.



Patrick Grosner

Homens entre 20 e 39 anos devem se vacinar

VACINAS NO CALENDÁRIO BÁSICO

- ✓ Tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba) – 1997
- ✓ Hepatite B – 1998
- ✓ Contra o vírus Haemophilus influenzae tipo B (para doenças como meningite e pneumonia) – 1999
- ✓ Contra raiva humana de células vero – 2002 (administração em pessoas expostas ao vírus da raiva)
- ✓ Rotavírus – 2006

VACINAS EM FASE DE ESTUDO PARA INCLUSÃO NO CALENDÁRIO (INFANTIL, PRIORITARIAMENTE)

- ✓ Varicela (catapora)
- ✓ Hepatite A
- ✓ Meningococo C (meningite)
- ✓ Pneumococo 7 valente (pneumonia, otite e meningite)

A vacina aplicada na campanha contra a rubéola é a dupla viral que também imuniza contra o sarampo. Devido à situação epidemiológica da doença e ao acúmulo de não-vacinados, os estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Maranhão, do Mato Grosso e do Rio Grande do Norte também imunizarão adolescentes e jovens entre 12 e 19 anos de idade com a tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola).

CASOS DE SUCESSO

Em 1973, o Brasil erradicou a varíola. Em 1994, eliminou a poliomielite. O feito foi possível graças à aplicação das doses das vacinas no dia-a-dia e também em grandes campanhas de vacinação. O país possui outros bons exemplos no campo das imunizações:

SARAMPO – Desde 2000 não é detectado o vírus no país. Entre 2001 e 2005, foram registrados 15 casos, dos quais dez foram “importados” do Japão e os outros cinco estavam associados a essa importação.

TÉTANO NEONATAL – Em 1983, 700 crianças tiveram a doença. Em 2007, foram registrados cinco casos.

DIFTERIA – 640 casos foram registrados em 1990. Em 2000, foram 58 notificações e, em 2007, apenas três.

COQUELUCHE – Houve 40 mil casos no início de 1980. No ano passado, foram registrados 827.

Este ano, foram confirmados

836

casos de rubéola, sendo

435

na região Sudeste.

Estudos demonstram que entre

20% e 50%

dos acidentes de trânsito nas Américas estão ligados ao álcool.

35 mil pessoas

morrem anualmente no Brasil em decorrência disso.

[Lei Seca]

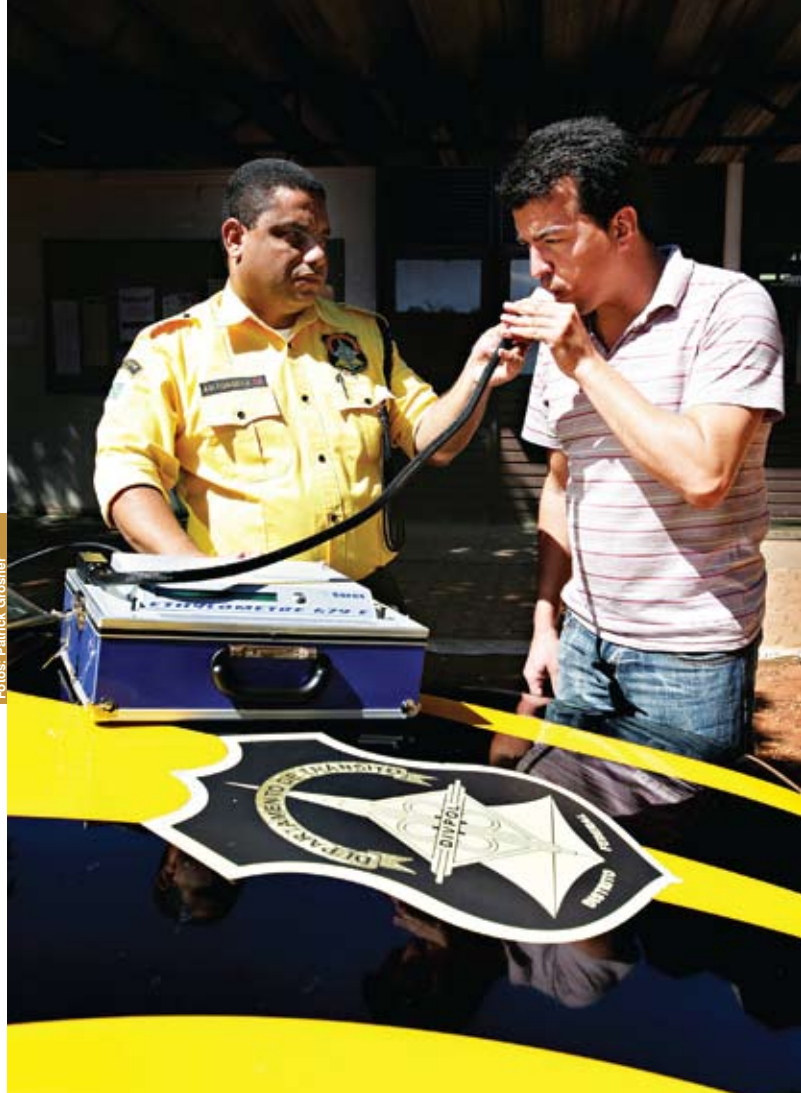
RESGATE DA VIDA

O Ministério da Saúde tem muito o que comemorar desde a segunda quinzena de junho, quando entrou em vigor a Lei 11.705, a chamada Lei Seca. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) registrou uma queda média de 24%, em todo o país, nas operações de resgate ligadas aos acidentes de trânsito em um curto período, entre os dias 20 de junho e 10 de julho.

Das cidades que já contabilizaram dados sobre os efeitos da lei, Niterói (RJ) registrou a maior queda nos atendimentos do Samu. Os pedidos de socorro caíram 47% na região, que cobre 1,8 milhão de pessoas. “Trata-se de um fato positivo tanto do ponto de vista humanístico como profissional”, diz a coordenadora do Samu de Niterói e outras seis cidades, Maria Juraci Dutra. “A economia com atendimentos e investimentos na saúde permitirá ao governo federal investir mais em outras áreas, como a educação.”

A nova lei foi elogiada pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Em carta dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a diretora da instituição, Mirta Roses Periago, afirma que a medida servirá como exemplo para outros países das Américas onde a relação entre consumo de álcool e acidentes automobilísticos é um sério problema de saúde pública. Periago diz que “as decisões do governo do Brasil seguirão promovendo o benefício à saúde, como foi feito no caso do tabaco”.

Os acidentes de trânsito representam parcela significativa nos atendimentos do Samu. Em Brasília, por exemplo, 45% dos resgates estão ligados a traumas, sendo 60% relacionados a acidentes de trânsito. “Com a redução desse tipo de ocorrência, as unida-



O bafômetro identifica motoristas que bebem além da conta

SAMU REGISTRA QUEDA SIGNIFICATIVA NOS PEDIDOS DE SOCORRO POR ACIDENTES DE TRÂNSITO RELACIONADOS AO CONSUMO DE ÁLCOOL

des do Samu estarão liberadas para atendimentos clínicos externos, como em casos de queimaduras ou infartos, por exemplo”, explica Roberta Dalcin, consultora técnica da Coordenação Geral de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde.

Segundo a Lei 11.705, o condutor flagrado após ingerir uma quantidade mínima de álcool é punido com uma multa de R\$ 955,00 e sua carteira de motorista, suspensa por 12 meses. “Apesar de rigorosa, a nova lei é mais eficaz do que qualquer campanha educativa voltada para uma mudança de comportamento da população”, afirma Roberta Dalcin.

De acordo com o Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, feito pela Secretaria Nacional Antidrogas em fevereiro deste ano, mais de 150 mil pessoas confessaram dirigir após beber. Dalcin espera que esses números caiam com a nova lei. “A mudança de comportamento em toda a sociedade não depende apenas do senso comum. Quando um ato errado torna-se crime, fica mais fácil controlar possíveis situações de risco”, diz a consultora do Ministério da Saúde.

O recém-iniciado levantamento sobre o impacto da Lei Seca nas situações de violência no trânsito mostra como as atividades do Samu

UM, NOVE, DOIS

As 144 unidades do Samu estão instaladas em 1.150 municípios, além de todas as capitais brasileiras. O serviço cobre 101 milhões de pessoas. O número de socorro 192 pode ser chamado de qualquer telefone gratuitamente. As atribuições vão além das operações de resgate. O Samu atende também em casos como problemas cardiorrespiratórios, intoxicação, queimaduras graves, maus tratos, tentativas de suicídio, crises hipertensivas, afogamentos, choques elétricos, acidentes com produtos perigosos, trabalhos de parto em que haja risco de morte da mãe ou do feto e em transferências inter-hospitalares de doentes com risco de morte.

OPERAÇÕES DE RESGATE CAÍRAM **24%** NOS PRIMEIROS DIAS DA LEI

MENOS VIOLÊNCIA, MAIS SAÚDE

Cidade	UF	População estimada 2007	Redução dos socorros do Samu
Niterói	RJ	1.857.513	47%
Brasília	DF	2.455.903	40%
Porto Alegre	RS	1.420.667	35%
Joinville	SC	1.150.281	30%
João Pessoa	PB	1.013.813	30%
Goiânia	GO	1.967.532	28%
Curitiba	PR	2.158.854	20%
Manaus	AM	1.612.475	20%
Salvador	BA	3.089.889	15%
Aracaju	SE	1.258.530	14%
Campinas	SP	1.039.297	13,4%
Ribeirão Preto	SP	1.185.741	13,4%
Vitória	ES	1.624.760	9%
Nova Iguaçu	RJ	3.571.096	4%

Fonte: Coordenação Geral de Urgência e Emergência/ Departamento de Atenção Especializada/ Secretaria de Atenção à Saúde/ Ministério da Saúde

podem funcionar como termômetro da realidade. O serviço desempenha uma função de observador das situações de emergência em todo o país. As informações obtidas por meio da Rede Nacional 192 têm papel decisivo no planejamento e na gestão do atendimento pré-hospitalar.

A Coordenação Geral de Urgência e Emergência quer criar um banco de dados nacional de forma simultânea à reestruturação do sistema informatizado de Regulação Médica. Com este banco, boletins de atendimento serão unificados para fornecer informações precisas em todo o país sobre assuntos de interesse para a saúde pública. Segundo Roberta Dalcin, a coleta de dados é ferramenta importante para a prevenção de agravos. "A pesquisa sobre redução dos resgates vai muito além do atendimento de urgências. Essa iniciativa pretende criar uma estratégia de ações para o atendimento do Samu no futuro."

Maioria a favor



MARIA RUTH DURAES, 44 anos, microempresária

"Essa lei já devia ter entrado em vigor há muito tempo. Acho um absurdo uma pessoa alcoolizada tirar a vida de famílias inteiras no trânsito. Sou totalmente contra beber e dirigir. Como mãe, sempre peço aos meus filhos cuidado ao sair de casa dirigindo. A combinação bebida e volante é inadmissível."



THIAGO DE OLIVEIRA, 22 anos, técnico de informática

"Sou a favor da lei seca. Muitas pessoas perdem a vida por uma besteira. Se quiser beber, é só pedir para alguém dirigir no seu lugar. É assim que eu faço. Desde que a lei foi instituída, parei de beber quando saio, ou combino com meus amigos quem vai ficar sem beber para dirigir."



LEONARDO RODRIGUES, 32 anos, analista de sistemas

"O nosso país vai melhorar com essa lei. Todos os países desenvolvidos são mais radicais com relação ao consumo do álcool. A maioria da população já entendeu que a lei precisa ser cumprida, para o bem de todos. Quando eu bebo, sempre peço para minha mulher dirigir ou peço um táxi."



HELLEN LOUREIRO, 18 anos, vendedora

"Deveria existir um meio termo da lei. Entendo que muitas pessoas morrem nas estradas por causa da bebida. Mas o comércio perde muito com isso. Sem falar que uma cidade como Brasília, por exemplo, os barzinhos estão entre as poucas opções de lazer. A diversão ficou um pouco prejudicada com essa proibição."

Menos malária na Amazônia

Nova avaliação dos casos de malária na Amazônia Legal registrou queda significativa durante os cinco primeiros meses de 2008. Dados do Ministério da Saúde apontam redução de 34,8% no número de vítimas, em relação ao início de 2007. Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso concentram 99,9% das notificações. A expansão da rede de diagnóstico, o tratamento oportuno e adequado de pacientes e a inclusão de um novo medicamento (ASMQ) no esquema terapêutico foram os fatores determinantes para reduzir a incidência da doença.



Patrick Crostner

[Pílulas]

Festa com artes e idéias

Dentro das comemorações dos 20 anos do SUS, duas iniciativas prestigiam projetos inovadores na rede pública de saúde. A Mostra Interativa HumanizaSUS une som, imagem, arte e tecnologia para apresentar os cinco anos da Política Nacional de Humanização (PNH) de forma inovadora. Na mostra, que acontece em Vitória, no Espírito Santo, o visitante tem contato com as idéias e práticas da PNH para qualificar a atenção e a gestão do SUS. Outra iniciativa é a sétima edição do Prêmio de Incentivo em Ciências e Tecnologia. Em parceria com a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), o Ministério da Saúde distribuirá R\$ 60 mil em prêmios. Podem concorrer trabalhos aprovados em banca ou publicados no período de 18 de junho de 2007 a 14 de julho de 2008, por pesquisadores, estudiosos, profissionais da área de saúde ou da área científica. Informações e inscrições: www.saude.gov.br/premio.

Bem longe da fumaça

Em 29 de agosto é comemorado o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Este ano, o tema escolhido pelo Ministério da Saúde – “Ambiente livre da fumaça do tabaco: um direito de todos” – alinha-se ao Artigo 8 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. A campanha procura chamar a atenção, principalmente dos jovens, sobre os malefícios do tabagismo. A idéia é alertar: evite a curiosidade de experimentar produtos derivados de tabaco e estimule os já fumantes a parar com o hábito. A mensagem também ressalta os males que o tabaco causa aos fumantes passivos, além de lançar luz sobre a Lei nº 9294/96, que proíbe o cigarro em ambientes fechados.



Campanha incentiva doação



SEJA UM DOADOR

Começou no dia 20 de julho a Campanha Nacional de Doação de Sangue. Este ano, o objetivo é chamar a atenção dos doadores para a fidelização, além

de sensibilizar possíveis doadores, com idade entre 18 e 65 anos. O sangue e seus derivados são fundamentais para o funcionamento de qualquer sistema de saúde no mundo. No Brasil dos últimos anos, as doações vêm caindo, enquanto a demanda não pára de aumentar. Apenas 1,8% dos brasileiros doa sangue, índice abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). “Ajuda tá no sangue” é o mote escolhido para a campanha. Serão veiculados filmes na TV aberta e nos cinemas e haverá também spots em 27 rádios das capitais brasileiras e em praças do interior.

Idosos saudáveis

Mais uma vez, o Brasil foi exemplo de mobilização na campanha contra a gripe. Em 2008, 14.030.311 pessoas com 60 anos ou mais participaram da Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, entre os dias 26 de abril e 16 de maio. De acordo com o balanço final, o número de pessoas imunizadas corresponde a 87% de cobertura – sete pontos percentuais acima da meta de 80%.

Tecnologia exportada

A experiência da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como a maior e mais complexa de todo o mundo, está sendo aplicada na Espanha e também será desenvolvida em sete países da América Latina e da África: Colômbia, Cabo Verde, Honduras, Guatemala, Cuba, Argentina e Equador. O Brasil coleta 1,35 milhão de litros de leite por ano e conta atualmente com 190 Bancos de Leite Humano e 30 postos de coleta, em todos os estados brasileiros.